

REPERCUSSÃO DA ATUAÇÃO DO IFCE NOS SERTÕES DE CRATEÚS

ANTONIA KARLA BEZERRA GOMES

Mestra em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente de Fundamentos da Educação, IFCE *Campus* Crateús. karla.gomes@ifce.edu.br.

RESUMO

As políticas de educação no Brasil estiveram, em sua maioria, atreladas aos interesses das classes dominantes e distanciadas de um projeto de desenvolvimento de nação e de justiça social. Só muito recentemente o país vivenciou uma experiência de expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica e do ensino superior, travestido na Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Este artigo objetiva apresentar as repercussões da atuação do IFCE *Campus* Crateús, ou seja, quais aspectos já podem ser observados a partir de sua atuação. Este é um estudo de caso do IFCE *Campus* Crateús, foi realizada entrevista com servidores e aplicado questionário a estudantes egressos certificados. O arcabouço bibliográfico necessário à compreensão da expansão da política de Educação Profissional e Tecnológica, da Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia PACHECO (2011), CASSIOLATO; GARCIA (2014), FRIGOTTO (2006). Do levantamento documental acerca da implantação do Instituto na região dos Sertões de Crateús: Ofício 45/2007, Lei 11.892/2008, RESOLUÇÃO N° 025/2013. Por fim, compreendeu-se que já é possível verificar intervenções positivas para o desenvolvimento da região impulsionadas pelas ações do ensino, da pesquisa e da extensão geradas pelo *Campus*.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, IFCE *Campus* Crateús, Interiorização, Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, o Estado brasileiro efetivou políticas instituintes e regulatórias para a educação nacional. E na primeira década do século XXI, com a criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF a expansão da educação profissional e tecnológica, buscou reparar o atraso na educação nacional, na perspectiva de superar o tecnicismo ofertando uma formação compromissada com o desenvolvimento regional.

A partir dos anos 2000, mais precisamente no governo Lula, uma série de conferências, planos, decretos e leis acerca da educação profissional e tecnológica foi implementada no país, destaque para a expansão da rede federal de escolas técnicas (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 15).

Em 29 de dezembro de 2008 a Lei Nº 11.892 cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica propondo “uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos” e “assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana” (PACHECO, 2011, p. 15). O ideal da proposta pedagógica do IF é a formação de sujeitos com competências para o mundo do trabalho, mas também autônomos, reflexivos, capazes de transformar sua realidade social. Esta concepção de educação profissional e tecnológica tem como princípio a superação da formação tecnicista e alienada para a emancipação dos trabalhadores, capazes de construir uma sociedade onde os princípios de fraternidade e justiça sejam imperantes.

No Ceará, a Rede do Instituto Federal está presente nas 14¹ regiões do Estado. Atualmente são 31 *campi* atendendo cerca de 20.500 estudantes, por meio da oferta de cursos regulares de formação técnica e tecnológica, nas modalidades presenciais e a distância². Os Institutos Federais possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Os cursos ofertados pelos institutos devem estar em consonância com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais e regionais.

1 <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11.htm>

2 <http://ifce.edu.br/sobre-o-ifce/sobre-nos>

A definição da vocação, ou seja, as atividades produtivas daquela região, e dos cursos passam por processo de audiência pública, os atores locais são convidados a participarem dos processos. Nesta perspectiva observa-se a importância que a expansão dos Institutos Federais deu ao crescimento socioeconômico das regiões a partir da descentralização da oferta de educação profissional e tecnológica. As regiões, nesta política educacional, são o centro potencial de desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é apresentar a estrutura e organização do IFCE *Campus* Crateús, bem como as repercussões que já podem ser notadas a partir da ação do ensino, da pesquisa e extensão para o desenvolvimento local.

METODOLOGIA

O percurso metodológico deste texto se deu a partir do arcabouço bibliográfico necessário à compreensão da expansão da política de Educação Profissional e Tecnológica, da Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia PACHECO (2011), CASSIOLATO; GARCIA (2014), FRIGOTTO (2006). Do levantamento documental acerca da implantação do Instituto na região dos Sertões de Crateús: Ofício 45/2007, Lei 11.892/2008, RESOLUÇÃO N° 025/2013. E do estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará *Campus* Crateús. Os instrumentais aplicados foram: um questionário aos estudantes egressos certificados dos cursos regulares entre os anos/semestres de 2013.2 a 2018.2, com o objetivo de apreender as concepções desses sujeitos acerca da instituição; uma entrevista com servidores do *Campus* objetivando compreender acerca da instalação, estrutura e funcionamento no tripé ensino, pesquisa e extensão. Este estudo limitou-se a investigar o *Campus* entre os anos de 2010 a 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2010, o Instituto Federal do Ceará (IFCE), *Campus* Crateús³, deu início a suas atividades letivas com os cursos de nivelamento em Matemática e em 22 de setembro iniciam as aulas dos cursos Técnicos em Química e Edificações, ambos integrados ao Ensino Médio, e Licenciatura em Matemática. A inauguração oficial ocorreu em 29 de novembro de 2010, em

3 Conforme Portaria MEC N° 375, de 29 de maio de 2010.

solenidade ocorrida no Palácio do Planalto, em Brasília, com a participação do então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da educação Fernando Haddad e do prefeito de Crateús Carlos Felipe Saraiva Beserra.

De acordo com os entrevistados “foi entregue o *Campus* limpo e seco: o bloco administrativo e o bloco didático”. O equipamento foi entregue parcialmente, ou seja, a estrutura física não estava totalmente pronta, como se pode ver na Figura 9. Foram entregues apenas um bloco de ensino, o bloco administrativo e a biblioteca. Não havia pavimentação na entrada, nem estacionamento. Ao longo dos anos foram sendo construídos o refeitório, a quadra poliesportiva, a piscina semiolímpica, a pavimentação, a praça com anfiteatro e sendo adquiridos diversos equipamentos como tratores e a Fazenda Junco.

Os laboratórios não estavam montados, foram sendo equipados na medida em que os cursos foram sendo iniciados, bem como o acervo da biblioteca. O quantitativo de servidores também era pequeno, tanto em relação aos técnicos, como em relação aos docentes. Iniciando com um número de três professores do núcleo específico de cada curso, mais os professores das áreas gerais como de língua portuguesa, por exemplo, para os cursos médio integrado ao profissionalizante.

De acordo com os estudantes⁴ que cursaram neste período (2010 a 2013), a “ausência de professores em alguns momentos do curso” e a “carga horária de aulas prática foi pequena por ausência de laboratórios equipados”, que comprometeu os processos de aprendizagem. O efetivo de servidores não era suficiente ao atendimento das atividades burocráticas, nem do ensino. Acarretando ainda o fato destes servidores serem de Fortaleza e já trazem uma lógica de organização da capital, que nem sempre dialogava com as necessidades de implantação do *Campus*. “Essas pessoas que vieram para cá eram organizadas, mas com aquele olhar de uma organização de lá do *Campus* Fortaleza” (BESERRA, 2019).

Um aspecto importante a ser destacado é a qualidade da estrutura física, classificado no Nível 04. A escola possui uma área total de 06 hectares de extensão, dividido em 2 blocos de ensino contemplando 20 salas de aulas, 16 laboratórios para ensino de ciências, línguas e informática, auditório com capacidade para 205 pessoas, biblioteca informatizada com

4 Questionário aplicado pela pesquisadora aos estudantes egressos certificados entre os meses de setembro e outubro de 2019.

acervo físico de aproximadamente 9.033 exemplares, e a Biblioteca Virtual Universitária disponibiliza mais de 8 mil títulos, em diversas áreas. Além disso, conta-se com refeitório, área de vivência, ginásio poliesportivo, piscina, quadra de areia, teatro de arena e praça. Há um bloco administrativo que atende as demandas dos serviços burocráticos, sala de reuniões, sala de professores, almoxarifado, estacionamento para visitantes e servidores etc. Na atualidade o *Campus* possui 69 docentes efetivos e 04 contratados, 40 técnicos-administrativo e 25 terceirizados.

O IFCE, *Campus* Crateús é a primeira instituição de educação pública a oferecer uma estrutura pedagógica e física de tão boa qualidade na região. Muito embora seja obrigação do Estado prover as condições básicas para que os estudantes aprendam, muitas vezes a democratização da educação perpassa o caminho apenas da ampliação de vagas, negando aos educandos e educadores a estrutura mínima para o bom funcionamento de uma escola. O IF de Crateús oferta ao seu corpo docente, discente e à comunidade, instalações físicas, equipamentos, recursos humanos e pedagógicos de qualidade – construída ao longo das gestões, em específico, da ex-diretora Paula Beserra, proporcionando-lhes um maior desenvolvimento intelectual, psíquico e social.

A escolha dos cursos se deu de acordo com as exigências dos documentos oficiais (RESOLUÇÃO N° 025, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013), que estabelece o instrumental de avaliação para a criação de novos cursos do IFCE, por via de consulta pública. Ao longo da instalação do *Campus* Crateús, até onde se pode confirmar, foi realizada uma consulta para escolha dos cursos, nos anos de 2015/16. Contudo, os entrevistados relatam a existência de uma audiência, ocorrida no Teatro Municipal Rosa Moraes, no ano de 2009, em Crateús para a definição dos cinco primeiros cursos, no entanto não foi encontrado nenhum documento comprobatório.

De acordo com a Resolução N° 025, de 25/10/2013, a criação de novos cursos presenciais na modalidade superior: bacharelado, licenciatura e tecnológico; e técnico, do Instituto Federal do Ceará deve passar por um processo de consulta pública e posterior avaliação do Projeto Pedagógico do curso pelo Conselho Superior. Os cursos integrados ao médio em Química e Edificações responderam a uma necessidade de formação de mão de obra qualificada que o mercado local demandava em função da instalação da Brasil EcoDiesel, inclusive no Ofício N° 45, há uma reivindicação neste sentido; o curso de Edificações foi muito desejado em detrimento do crescente,

na época, investimento na construção civil, a partir dos programas de financiamento de casas do governo federal.

A licenciatura em Matemática tanto foi uma demanda local, pois durante aproximadamente 30 anos no município só existiram os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Química e Biologia, ofertados pela Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, *Campus* da Universidade Estadual do Ceará – UECE, e os cursos de férias das Faculdades particulares, quanto a uma exigência da Lei 11.892/2008, quando trata sobre a oferta de educação em nível superior, no artigo 7º, Inciso VI, alínea b “sobretudo nas áreas de ciências e matemática”.

Os cursos Técnico em Agropecuária e o Bacharelado em Zootecnia foram demandados pela comunidade, mas não foram instalados de imediato, tendo em vista estes cursos necessitarem de maiores investimentos em laboratórios, ou seja, são cursos relativamente caros. Já os cursos de Licenciatura em Letras e em Física surgiram a partir do diagnóstico da ausência de profissionais formados nestas áreas atuando na educação básica na região dos Sertões de Crateús, o que contribui para o baixo desempenho do ensino na região.

Nos anos de 2015 e 2016, o *Campus* Crateús realizou consulta pública para criação de novos cursos. O processo foi realizado em cinco etapas e objetivou a criação de cursos a nível Técnico e Licenciatura, como previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A primeira etapa iniciou ainda em 2015 com consulta à comunidade interna, formada pelos servidores e estudantes do *Campus*. A segunda, realização de reunião com representantes dos poderes executivo e legislativo municipal e da sociedade civil organizada, com o intuito de dá ciência dos procedimentos para criação de novos cursos, bem como ouvir as demandas dos setores convidados. A terceira etapa se referiu ao planejamento e aplicação de enquetes com diversos segmentos da sociedade na região. O procedimento visou contribuir com indicações de cursos que favoreçam as demandas locais de forma mais plena. As opções disponibilizadas na enquete foram apontadas durante as fases anteriores do processo, constando os cursos técnicos⁵, bacharelados⁶, tecnológicos⁷ e licenciaturas⁸. Após

5 Alimentos, Apicultura, Panificação, Segurança do Trabalho e em Tradução e Interpretação de Libras.

6 Agronomia e Medicina Veterinária.

7 Agroecologia e Alimentos.

8 Geografia, Música e Teatro

aplicada essa enquete, foi realizado a tabulação dos dados coletados, apontando os cursos mais votados. Na quarta etapa os cursos mais votados foram levados para uma audiência pública. Os cursos escolhidos foram defendidos pela comissão local da Consulta Pública e referendados pelos participantes.

Nesta audiência pública, que ocorreu nas dependências do *Campus* Crateús, os setores organizados estiveram presentes fazendo a defesa do curso e articulando o maior número de pessoas para votação. Neste processo o curso de Licenciatura em Música foi emblemático, em que representatividade de profissionais de todos os municípios da região estiveram presentes para defender e ratificar a demanda e a importância da oferta para a região.

Ao fim, os cursos mais votados foram Técnico em Alimentos, Licenciatura em Música e Geografia, seguidos pelos cursos de Medicina Veterinária, Agroecologia e Tradução e Interpretação de Libras. A implantação e funcionamento dos cursos consistiu na elaboração do projeto pedagógico pelo corpo docente do *Campus*, seguido pela captação de recursos, tanto pessoal, quanto de custeio e capital para implementá-los. Pelas limitações físicas e financeiras, bem como a indicação do PDI foram implementados os três cursos mais votados, quais sejam Alimentos, Música e Geografia.

A quinta e última etapa foi a construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos e sua aprovação pelo Conselho Superior.

Quadro 1 – Cursos e ano de criação

Curso	Ano de instalação
Licenciatura em Matemática	2010
Licenciatura em Letras	2013
Licenciatura em Física	2014
Licenciatura em Geografia	2018
Licenciaturas em Música	2018
Bacharelado em Zootecnia	2012
Integrado em Química	2010
Integrado em Edificações	2010
Técnico em Agropecuária	2013
Técnico em Alimentos	2018
Especialização Ciências da Natureza e Matemática	2017
Especialização Educação do Campo	2019

Fonte: Elaboração própria, a partir de documentos oficiais do IFCE *Campus* Crateús.

Durante muito tempo dois setores do conhecimento e da produção se sentiram desprestigiados, no que diz respeito a oferta de cursos pelo IFCE *Campus* Crateús, são eles os setores da informática/robótica e o da agropecuária. O primeiro levantado por microempresários da região – na atualidade têm a necessidade atendida a partir da oferta de cursos do *Campus* da Universidade Federal do Ceará e das Escolas Profissionais de Nível Médio do Estado. E o segundo, por servidores/docentes do próprio *Campus* Crateús que expressavam a insatisfação e a informação que, no princípio, o *Campus* estava destinado a ser agrotécnico e não um *Campus* de Licenciaturas.

Sobre este processo de escolha dos cursos, o diálogo deles com os arranjos produtivos locais, bem como a articulação dos seguimentos ao pressionarem para o atendimento das suas demandas, a entrevistada Beserra (2019), ressalta:

Quando a gente faz uma audiência pública, tem que perceber quem participou dela, né? A gente tem que entender que embora seja uma ação democrática, mas ela traz a voz de quem se organizou e se fez presente. Então, muitas vezes, as pessoas dizem, poxa essa área não entrou, mas porque as pessoas não se organizaram. Por exemplo, o curso de Música que a gente tem aqui, foi um pessoal que desde o início se organizou. E na audiência pública estava ali, representando. A gente também sabe que existem as relações de poder, que dado momento histórico quem está à frente coordenando também tem uma influência, não pensar nisso é ingênuo. Nesse sentido, a gente via na época um desejo, por parte dos educadores, que existissem outros cursos de licenciatura. Fato, poderia ter iniciado naquele ano de 2010, o curso de agropecuária, já que a base econômica é a agropecuária? Poderia, mas de repente o que faltou naquele momento foi a organização do setor para ter voz naquele momento de criação dos cursos. Era um momento de muitas demandas, a região era muito carente (BESERRA, 2019 – entrevista realizada em 07 de agosto de 2019).

Os cursos ofertados pelo IFCE *Campus* Crateús, em sua maioria, são Licenciaturas. O *Campus* não se adequa a exigência de 50% da oferta em cursos Técnicos de nível médio, exigido pela Lei 11.892/2008, no entanto, contribui para a equivalência dos 20% em oferta de Ensino Superior, exigido pela mesma Lei, a nível da Rede, no estado do Ceará.

A defesa da abertura de cursos de licenciatura se dá em função da histórica carência de formação de professor no Brasil, e em Crateús esta

demanda se acentuava, pois durante décadas existiu apenas a oferta de um único curso. A compreensão é que formar professores para atuarem na educação básica contribui de forma contundente com este nível de formação, melhorando os índices de aprendizagens local e regional, ao mesmo tempo que contribui para que estes sujeitos possam ingressar em níveis mais elevados de formação para melhor atuarem no campo social e no mundo do trabalho.

Além dos cursos supracitados, o *Campus* disponibilizou, nos dois primeiros anos de atuação, formação à comunidade em geral pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Nacional Mulheres Mil, do Governo Federal, voltado para a formação profissional e tecnológica de mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte.

Quadro 2 – Quantitativos de matrículas (2010.2-2018.2) e egressos certificados

Curso	Matrículas	Egressos Certificados	Evadidos
Licenciatura em Matemática	370	55	181
Licenciatura em Letras	284	26	70
Licenciatura em Física	194	07	80
Licenciatura em Geografia ⁹	76		09
Licenciaturas em Música	32		
Bacharelado em Zootecnia	246	12	76
Integrado em Química	368	58	162
Integrado em Edificações ¹⁰	478	104	194
Técnico em Agropecuária	395	57	71
Técnico em Alimentos	34		
Especialização Ciências da Natureza e Matemática	40	25	1
Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)	823	202	441

Fonte: Elaboração própria a partir da Plataforma ifcemnumeros.ifce.edu.br

9 Cursos de Licenciatura em Geografia, Música e Técnico em Alimentos não possuem turmas concludentes.

10 Ao longo dos anos este curso passou por alterações de oferta para se adequar as necessidades da região, logo a oferta já foi na modalidade Integrada, Subsequente e Concomitante. Na atualidade oferta a modalidade subsequente, apenas.

Ao longo de quase uma década o IFCE *Campus* Crateús oferta vagas em cursos de nível Técnico integrado, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio Técnico, Licenciaturas, Bacharelado e Pós-graduação na modalidade Especialização, além dos cursos de Formação Inicial e Continuada. No Quadro 1 é possível observar que foram ofertadas a comunidade em geral, mais de 3 mil vagas, com o quantitativo de 344 estudantes certificados nos níveis de Educação Básica, Técnica e Ensino Superior, mais 202 nos cursos FIC de extensão, perfazendo um total de 546 egressos certificados, habilitados para atuarem no mercado de trabalho e/ou seguirem os níveis mais elevados de formação.

Outro dado que é possível ler neste Quadro 2 é o número de evadidos com o percentual de 38,5% do total de todas as matrículas ao longo de 08 anos de atuação. A análise realizada nos Relatórios de Trancamento de Curso (Coordenadoria de Assuntos Estudantis), apontou para os principais motivos para trancamento e evasão de curso: “precisa trabalhar no horário do curso”, seguido de “problemas de saúde”, “transferência para outra instituição de ensino” e “foi aprovado em seleção para outro curso do IFCE (Superior ou Técnico)”. Um outro motivo que se destaca é a não identificação do estudante com o curso.

Este dado da evasão em função da necessidade de trabalhar é uma realidade dos estudantes pobres que não têm as condições financeiras para permanecerem na escola, na universidade. Neste sentido, observa-se que os fatores externos à instituição, relacionados as dificuldades sociais e financeiras do estudante em permanecer no curso e a questões inerentes à futura profissão são preponderantes.

O que se verifica nas políticas de educação é que o acesso tem sido dado, no entanto, as condições de permanência e êxito são comprometidas pela ausência de políticas de trabalho que possibilitem as famílias manterem seus filhos estudando, ou seja, o acesso à escola, a permanência nela e o desempenho, em qualquer nível, são explicados fundamentalmente pela renda e outros indicadores que descrevem a situação econômica familiar (FRIGOTTO, 2006).

Uma das políticas de enfrentamento a evasão e a retenção, a nível de IFCE, é o Plano Estratégico para Permanência e Êxito do Estudante do IFCE (2017-2023), que objetiva mapear e compreender as causas e motivos que levaram os alunos a evadirem e propor ações de redução da taxa de evasão (IFCE/PPE, 2017).

O *Campus*, a partir da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), oferta os serviços de seleção dos auxílios, promoção de atividades e programas psíquicos-sociais e apoio pedagógico. Estes serviços biopsicossocial e pedagógico, são realizados por uma equipe multiprofissional, formada por um assistente social, um pedagogo, um psicólogo – o *Campus* não possui mais o código de vaga do servidor psicólogo, e o serviço é ofertado em parceria com o *Campus* Tauá e com o curso de Psicologia da Faculdade Princesa do Oeste –, um enfermeiro, um nutricionista, um dentista, um técnico em assuntos educacionais, dois assistentes de aluno e um profissional de Educação Física.

A Assistência Estudantil, Decreto nº 7.234/2010, é uma política de apoio pedagógico e financeiro ao discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica para que este sujeito disponha de condições equitativas para a permanência nas IES e obtenha uma formação acadêmica qualificada e satisfatória (ARRUDA, 2018).

No ano de 2019, 361 estudantes foram contemplados com auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio alimentação e auxílio emergencial. Ainda há a oferta de auxílio óculos (pontual) e auxílio acadêmico (pontual). Estes auxílios são para estudantes que conseguem comprovar que suas famílias possuem renda de 01 a 02 salários mínimos. A unidade dispõe ainda de auxílios para viagens técnicas a todos os estudantes, e na atualidade 03 estão contemplados no programa bolsa permanência.

A origem dos estudantes que se matriculam no IFCE *Campus* Crateús, um percentual de mais 70% são do município de Crateús. Sendo, boa parte deles da zona rural, filhos de agricultores e baixa renda, criados pelos avós, que possuem aposentadorias vitalícias ou Benefício de Prestação Continuada (BPC). Outra fonte de recurso destas famílias é a transferência de renda de governo federal, através do bolsa família e outros programas de auxílio financeiro para o trabalhador rural. Esta realidade é mais presente entre os estudantes dos cursos das agrárias: Técnico em Agropecuária e Bacharelado em Zootecnia e dos estudantes que vêm da zona rural em geral, seja do município de Crateús ou dos demais municípios.

De acordo com Silva (2018, p. 103), em pesquisa realizada com 543 estudantes do *Campus* Crateús, o que correspondeu a 41% do total dos estudantes matriculados, constatou-se que os discentes advêm de famílias com renda inferior a um salário mínimo, a segunda maior parcela, 41,34%, é proveniente de lares que se mantêm com uma renda que varia de 1 até

2 salários mínimos. Assim, 86,35% dos participantes com renda familiar até dois salários, revela uma situação de considerável vulnerabilidade social.

Outra característica dos estudantes do *Campus*, no que diz respeito as condições socioeconômicas, é o trabalho informal dos familiares e dos próprios discentes, em específico os que estudam no turno da noite, que também são oriundos de outros municípios e são trabalhadores informais ou contratados das prefeituras e que não possuem qualquer segurança trabalhista. De acordo com a Arruda (2019)¹¹ que acompanha os estudantes que solicitam os auxílios

Tem estudante que está estudando a noite e durante o dia todo trabalha no comércio. E infelizmente nós ainda não incorporamos que o estudante trabalhador está aqui dentro. E não é um trabalho por opção, não é um trabalho que eu quero ganhar mais, que eu quero me divertir, que eu quero comprar as minhas coisas, não. É um trabalho que se não for, eu não como, eu não sustento a minha família (ARRUDA, 2019 – entrevista realizada em 08 de agosto de 2019).

A fala da servidora/assistente social coaduna com a análise realizada no relatório, quanto a evasão, as condições socioeconômicas dos matriculados são decisivas para a permanência e o êxito deste educando. Embora a instituição possua políticas de assistência ela não é suficiente para ajudar a todos os sujeitos que dela necessita. Pois a ausência de residência e restaurante acadêmico aumentam a demanda dos auxílios por moradia, transporte e alimentação.

E segundo Arruda (2019), é necessário fazer um pente fino na hora da escolha dos vulneráveis, para beneficiar o mais carente entre os carentes. Outras vezes há necessidade de negociar os valores dos auxílios e dividir os recursos para contemplar o maior número de sujeitos, pois a demanda tem aumentado e os repasses financeiros não. Tudo isso impacta na permanência e no êxito, logo, nos índices de evasão e retenção. É importante ressaltar que em função da Emenda Constitucional Nº 95 e do contingenciamento de gastos, esta política sofreu sérios impactos, reduzindo o quantitativo de beneficiados, bem como os valores dos auxílios.

Em pesquisa realizada acerca da importância das políticas de Assistência Estudantil para o êxito dos estudantes do curso de Licenciatura em Física

11 Entrevista realizada em 08 de agosto de 2019, Crateús, CE – servidora do IFCE *Campus* Crateús.

do IFCE *Campus* Crateús, Nascimento (2019), aponta os objetivos e finalidades da Assistência Estudantil como aqueles que visam ampliar as condições de permanência e apoiar a formação acadêmica dos discentes, visando a redução dos efeitos das desigualdades sociais, contribuindo para a redução das taxas de retenção e evasão, propiciando assim a formação integral e fomentando a inclusão social pela Educação. Para o autor, essas políticas são incentivos motivacionais para uma maior dedicação ao curso, bem como fortalecimento da autoestima dos estudantes oriundos das classes desfavorecidas economicamente.

Corroborar-se com Nascimento (2019), quanto a importância da CAE e da política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFCE *Campus* Crateús, de acordo com o questionário aplicado aos egressos certificados, dos 76 sujeitos respondentes, 27 deles fizeram uso de um ou mais auxílio, destaque para auxílio transporte, moradia e alimentação, e 33 sujeitos fizeram uso dos atendimentos biopsicossocial e pedagógico, destaque para os serviços de enfermagem, psicólogo, dentista e pedagogo. Nesta perspectiva a “assistência estudantil passa a ser compreendida como estratégia para a inclusão social através da política educacional” (ARRUDA, 2019, p. 111).

A partir do exposto, observa-se que a maioria dos usuários da Política de Educação Profissional e Tecnológica do IFCE *Campus* Crateús é constituída de sujeitos de baixo poder aquisitivo, neste sentido, ao possibilitar o acesso à educação, entendida aqui como uma política social estruturante, o Instituto promove inserção social, que promove mudanças significativas na vida destes estudantes, seus familiares e na região.

Uma das finalidades da expansão e interiorização da oferta pública da Educação Profissional e Tecnológica é a redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos. Historicamente a migração da juventude desta região se deu em função da busca por emprego e níveis mais elevados de educação formal. Logo, a implantação de um *Campus* do Instituto Federal deverá ser atrativo para que a população, notadamente mais carente, busque formação cidadã, capacitação para o trabalho e possa permanecer em sua própria região.

Para compreender o alcance do IFCE se elaborou a Tabela 1 que apresenta a origem dos estudantes matriculados no IFCE *Campus* Crateús entre os semestres letivos de 2010.2 e 2018.2 e a distância entre os municípios de origem e o município de Crateús, sede do IFCE. A leitura da Tabela 1 proporciona a clareza de que o *Campus* atrai estudantes de toda a região, extrapolando os limites dos Sertões de Crateús, quando por exemplo, atende

estudantes de Tauá, Fortaleza e Boa Viagem, se estendendo até o estado do Piauí atendendo a população do município de Buriti dos Montes.

Tabela 1 – Origem dos estudantes entre os semestres letivos 2010.2 a 2018.2

Municípios	Quantitativos	Percentual %	Distância (KM)
Crateús	2.365	71,84	
Independência	199	6,04	50
Ipaporanga	137	4,16	35
Tamboril	105	3,19	62
Nova Russas	104	3,16	62
Novo Oriente	76	2,31	46
Ipueiras	51	1,55	92
Poranga	33	1,00	68
Ararendá	29	0,88	55
Fortaleza	15	0,46	351
Monsenhor Tabosa	15	0,46	106
Catunda	10	0,30	90
Tauá	10	0,30	137
Buriti dos Montes – PI	8	0,24	58
Boa Viagem	5	0,15	135

Fonte: Elaboração própria, a partir da Plataforma ifceemnumeros.ifce.edu.br

A disponibilidade de transporte intermunicipal – na atualidade a facilidade de locomoção entre os municípios melhorou, pois até uma década atrás este traslado era realizado por taxistas e “carros de horário”, em sua totalidade, transportes ilegais. Hoje a Cooperativa de Transportes de Crateús faz itinerário para toda a Região, contudo os valores das passagens para traslado diário torna-se inacessível para uma boa parte do público que acessa o IFCE, em sua maioria baixa renda. É importante frisar que a rede de transporte só atende à demanda no período diurno, pois funciona de acordo com os horários das instituições bancárias e do comércio.

No período noturno, aqueles que se matriculam ficam *mercê* da vontade dos prefeitos e secretários de educação quanto a disponibilidade de ônibus que os permitam acessar as dependências do *Campus*. Embora a Presidenta Dilma tenha promulgado a emenda que autorizou os municípios a utilizarem o transporte escolar municipal por estudantes universitários, Lei N° 12.816/13, e que estes políticos tenham um compromisso com o

desenvolvimento de seus municípios, anualmente os estudantes já matriculados, necessitam reivindicar e fazer movimentos de protesto para o atendimento de suas necessidades de acesso ao instituto.

O município não possui uma política de transporte coletivo, embora os 3 principais equipamentos de educação Técnica e Superior estejam localizados em bairros distantes do centro da cidade, a saber: o IFCE – bairro dos Venâncios – CE-187; a Universidade Federal do Ceará – Rodovia BR-226, Km 03; e a Faculdade de Educação de Crateús – no bairro Altamira, Rodovia BR-226, sentido estado do Piauí. São bairros situados nos limites da zona urbana.

Aqueles que não possuem transporte próprio, fazem uso do ônibus disponibilizado pelo *Campus* Crateús ou fazem uso dos serviços particulares de moto táxi. As rotas do ônibus escolar do IFCE *Campus* Crateús ocorrem nos 3 turnos, buscando cobrir o maior número de bairros. O crescente índice de matrículas demonstra que este serviço já não é mais suficiente, necessitando aumentar o tamanho da frota ou pressionar o governo local para investir em políticas de mobilidade urbana que possibilitem aos sujeitos chegarem ao Instituto com qualidade e segurança, sem onerar, de forma tão significativa, suas rendas.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (2018), a educação é um processo que liberta o homem, torna-o sujeito de suas aprendizagens e produtor de conhecimento, a partir de suas próprias experiências e valores humanos, políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos, com sólida base científica e tecnológica, formando-o para o mundo do trabalho. Têm-se desta forma o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendendo-os como fundantes para a formação integral dos sujeitos e para o desenvolvimento local e regional.

Ainda em consonância com o citado documento compreende-se a educação profissional numa dimensão social interligada aos aspectos sociais e formativos, indo além da formação profissional, sem desconsiderá-la, aliando os aspectos da vida humana e de suas contradições. Os princípios pedagógicos que norteiam a ação educativa/formativa do IFCE *Campus* Crateús compreendem a pesquisa, o trabalho como princípio educativo, o respeito à diversidade, a interdisciplinaridade e o estímulo à autonomia dos educandos, em constante interação com os conhecimentos oriundos da prática social, da ciência, da tecnologia, da cultura e da sociedade, em permanente movimento (IFCE/PPI, 2018, p. 32).

A Lei 11.892/2008 explicita em seus objetivos o desenvolvimento da extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Logo a concepção de extensão do IFCE *Campus* Crateús se pauta em uma ação interdisciplinar, indissociável do ensino e da pesquisa, sendo uma responsabilidade social e fundamental na produção e socialização dos conhecimentos, contribuindo, assim, para a academia viabilizar sua função vital de transformadora da sociedade (IFCE/PPI, 2018, p. 109).

A extensão é compreendida como o espaço de articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Nesse segmento, educação, arte, ciência e tecnologia se articulam, tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando a interação necessária entre a vida acadêmica e as demandas sociais (IFCE/PPI, 2018, p.109). As ações de extensão são desenvolvidas tendo como principal público-alvo a comunidade externa, o que não impede a participação da comunidade acadêmica. Todas as ações baseiam-se nas necessidades da região, com itinerário metodológico de viés participativo e dialógico, alinhadas com os interesses e expertises do *Campus*.

A primeira grande atividade de extensão do IFCE no município de Crateús, aconteceu no ano de 2012, com o projeto Nilo Peçanha, que objetivou levar conhecimento em informática e gerenciamento de propriedade agrícola às comunidades rurais de Crateús. Este projeto estava vinculado ao curso de Bacharelado em Zootecnia que teve sua ação letiva iniciada no mesmo ano.

As ações de extensão desenvolvidas no *Campus* se dividem entre as categorias: curso, programa, projeto, evento. Ao longo dos anos, foram ofertados uma diversidade de ações divididas entre estas categorias. Os cursos, projetos e eventos ofertados dialogam com a expertise dos profissionais e com as necessidades da comunidade, as principais áreas de oferta dizem respeito às áreas da educação – formação contínua de professores, das artes e cultura, da construção civil, tecnologia e comunicação, produção animal e meio ambiente e da culinária. Quanto aos programas, o *Campus* desenvolve em parceria com a Cáritas Diocesana de Crateús a Feira Regional da Agricultura Familiar. O Coro Cênico Karatis e o Centro de Línguas eram reivindicações da comunidade.

Ao longo dos semestres, o *Campus* desenvolve feiras, seminários, colóquios e aulas públicas onde os estudantes e a comunidade têm a oportunidade de apresentarem suas produções. O Universo IFCE, evento científico, também é espaço para apresentação de pesquisas e diálogos entre a comunidade externa e acadêmica.

O *Campus* conta ainda com os núcleos de inclusão social: Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específica (NAPNE), é responsável pela coordenação das atividades ligadas à inclusão e à acessibilidade; O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), é um instrumento de pesquisa, extensão e elaboração de material e de formação de curso dentro das temáticas étnico-racial atendendo às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 (IFCE/PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, 2016).

Ao longo dos últimos 08 anos a extensão tem ganhado notoriedade, pois muitos professores com baixa carga horária necessitam complementar suas horas e a alternativa é a oferta de cursos, outro fomentador são os 2 editais que a Pró-Reitoria de Extensão oferta anualmente, que disponibilizam recursos para pagamento de estudante bolsista e promoção de atividades artístico-cultural. E ainda a Prefeitura, através das secretarias de Educação, Negócios Rurais, Assistência Social e Empreendedorismo – as associações, dentre outras instituições buscam o *Campus* no sentido de efetivarem parcerias.

Um dos grandes desafios da coordenação da extensão local ainda é a grande dúvida da comunidade externa quanto a gratuidade das atividades ofertadas pela Instituição. No entanto, a oferta das atividades e as demandas recebidas pelo Instituto demonstram as necessidades formativas da região.

A concepção de pesquisa, no âmbito do IFCE, constitui-se num processo educativo objetivando formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional (IFCE/PPI, 2018).

A articulação da pesquisa com os projetos de ensino e de extensão contribui para a formação integrada e o desenvolvimento das capacidades dos educandos. Realizar pesquisa, portanto, favorece a produção de conhecimento, novas construções teóricas, avanço tecnológico, desenvolvimento local e regional, assim como o crescimento pessoal e profissional.

No tocante à pesquisa, foram mais de 70 projetos aprovados nos últimos 06 anos¹². As iniciativas foram selecionadas pelos programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC e PIBIC Jr) e Programa de Infraestrutura (PROINFRA), numa parceria entre o IFCE, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Alguns desses projetos se referem diretamente a demandas produtivas da região, a saber: agricultura, pecuária e educação.

O IFCE *Campus* Crateús possui 4 grupos de pesquisa: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Ciências Naturais, Matemática e Música; Núcleo de Pesquisa Agropecuária Contextualizada ao Semiárido (NUPASA); Estudos Interdisciplinares em Gramática Sistemico-Funcional (GSF) e Análise Crítica do Discurso (ACD); Estudos Linguísticos Interdisciplinares. Os grupos são compostos por servidores e estudantes da instituição e estão devidamente cadastrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os desafios da coordenação de pesquisa concernem na ausência de fomento ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação, a publicação e divulgação dos trabalhos já desenvolvidos e em função da transitoriedade de docentes na instituição, a não adesão destes sujeitos a promoverem atividades de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região dos Sertões dos Crateús, historicamente, sofreu com o abandono dos políticos e das políticas públicas, todas elas: de educação, de saúde, de desenvolvimento econômico. Muito recentemente este quadro tem começado a mudar, com destaque para a instalação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Policlínica, *Campus* da Universidade Federal do Ceará e do Instituto Federal etc.

Já se pode falar das possíveis contribuições que o IFCE *Campus* Crateús tem dado para o desenvolvimento socioeconômico da região dos Sertões de Crateús. O crescente número de matrículas e a criação de novos cursos – licenciatura em Música, técnico em Alimentos, Orientação Comunitária,

12 Dados coletados na coordenação de pesquisa do *Campus* Crateús.

Segurança do Trabalho e Processos Fonográficos – demonstra o interesse da população no ensino ofertado pela instituição.

As parcerias podem revelar também a confiabilidade e a solidificação das ações do *Campus*. Atualmente o *Campus* empreende parcerias com a Prefeitura de Crateús, a 13ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE, a Cáritas Diocesana, na realização da Feira da Agricultura Familiar, do SEBRAE, na realização da Feira de Negócios de Crateús – FENECRAT etc.

Embora a taxa de evasão seja de 39,42%, o ensino tem dado resultados positivos, a título de exemplo: 8 estudantes do *Campus* admitidos em mestrados e mais de 20 em concursos a nível municipal, estadual e federal, inclusive 3 ex-alunos do *Campus* retornando à instituição como professores efetivos e substitutos.

Os cursos de extensão e os eventos ofertados pelo *Campus* possibilitam à comunidade democratização do conhecimento produzido no IFCE e a formação de um profissional cidadão mais qualificado e consciente de seus direitos e deveres e que poderá buscar a superação das desigualdades sociais. Quanto à pesquisa o *Campus* precisa avançar. Embora os projetos em andamento e os grupos de pesquisa já existentes, a pesquisa ainda é um desafio, pois no âmbito da pesquisa e inovação o *Campus* tem pouca produção técnica e tecnológica de adaptação e de solução das demandas sociais e das peculiaridades regionais.

Nos 8 anos de efetivo funcionamento, o IFCE *Campus* Crateús tem ofertado à região dos Sertões de Crateús ensino, pesquisa e extensão com qualidade e compromisso social, desta forma tem possibilitado aos jovens permanecerem em suas cidades e contribuir de forma mais efetiva com o desenvolvimento socioeconômico da região.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Bárbara Diniz Lima Vieira. **Quando o povo chegou ao ensino superior:** as trajetórias escolares de estudantes de camadas populares no sertão cearense. 2018. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais

de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 4 fev. 2019.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC**: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Rio de Janeiro: Brasília, DF: Ipea, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista/ Gaudêncio Frigotto. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IFCE. Plano Estratégico para Permanência e Êxito do Estudante do IFCE (2017-2023).

IFCE. Projeto Político-Pedagógico Institucional (2018).

NASCIMENTO, Antonio Ozenir de Souza. **A importância da assistência estudantil para a permanência e êxito dos estudantes de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Crateús**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Licenciatura em Física, Instituto Federal do Ceará, Campus Crateús, 2019.

OFÍCIO DE Nº 45, DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2007.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A-83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SILVA, Antônio Adílio Costa da. **A expansão dos institutos federais e seus rebanhos socioespaciais no espaço intraurbano de Crateús/CE**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2019.